Acções desenvolvidas pelas Forças Armadas em missões de Paz no quadro da Organização das Nações Unidas (ONU).

Brigadeiro-general
Paulo Emanuel Maia Pereira

Brigadeiro-general
Nuno Manuel Mendes Farinha

Enquadramento

O tema abordado no presente artigo assume presentemente um significado muito especial, quando Portugal, tirando partido do capital de prestígio internacional que possui e da sua colaboração no âmbito das Nações Unidas, assumiu a sua candidatura a membro do Conselho de Segurança. Neste sentido, esta tipologia de participação assume um sentido relevante, como contributo fundamental para o sucesso desta candidatura.

Segundo Marrak Goulding, Operações de Apoio à Paz são "Operações estabelecidas pelas Nações Unidas, com o consentimento das partes interessadas, para ajudar a controlar e resolver os conflitos entre elas, sob comando e controlo da ONU, custeadas colectivamente pelos Estados membros, e integrando pessoal militar e outro, bem como equipamentos fornecidos voluntariamente por aqueles, actuando imparcialmente para com as partes e utilizando a força na mínima extensão necessária."[1]

Factualmente "o final da Guerra implicou o regresso à ONU, talvez porque era a única fonte de legitimidade internacional sobrevivente para basear uma resposta aos conflitos que se multiplicavam."[2] Neste pressuposto, o Conselho de Segurança das Nações Unidas

(CSNU) solicitou ao Secretário-Geral, à época, Boutros Boutros-Gali, que fosse efectuada uma avaliação sobre o papel das Nações Unidas no novo quadro internacional que se vivia. Em 17 de Julho de 1992, Boutros-Gali apresentou o seu relatório, denominado posteriormente como Agenda para a Paz, propondo, em especial, o seguinte:

- Aumentar a capacidade da ONU para responder aos desafios do Mundo.

- Fomentar um racional de coerência na actuação da ONU.

- Completar as missões tradicionais com utilização da força militar.

- Colocar os meios das Forças Armadas à disposição do CSNU.

- Atribuir à ONU forças de reacção rápida (Unidades de Imposição de Paz).

- Fomentar a articulação e a cooperação com as organizações regionais.

Pela sua especial importância realçam-se os mecanismos de Cooperação com as Organizações Regionais assentes nos princípios da primazia da ONU, da definição clara da divisão de tarefas e na coerência de posições das partes quanto aos procedimentos. Esta cooperação desenrola-se com base em consultas, apoio diplomático, apoio operacional, instalação conjunta e operações conjuntas.

Ao longo da sua história as Operações de Apoio à Paz viveram várias fases, sendo de salientar as seguintes:

- *Experimental* - Entre 1948 e 1967, com a realização de missões de observação e de monitorização de acordos de cessar-fogo;

- *Lançamento* - Entre 1958 e 1967, quando foram lançadas as primeiras Operações de Apoio à Paz (OAP) com base em unidades militares constituídas e suportadas por uma estrutura militar organizada;

- *Estagnação* - Entre 1967 e 1973, quando foram interrompidas as operações deste tipo;

- *Confirmação* - Entre 1973 e 1988, quando foram implementadas 7 OAP;

- *Expansão* - após 1989, quando se verificou um aumento exponencial das OAP. A ONU assumiu por completo a legitimação, através de mandato, das operações militares de prevenção de conflitos, assumindo um crescente número de participação nas Operações de resposta a crises.

Operações de Apoio à Paz da ONU

As OAP no âmbito das Nações Unidas podem ser realizadas com pleno consentimento das

partes em conflito, com um consentimento genérico dessas partes ou impostas, sem consentimento das partes. Todo este tipo de operações se baseia, em termos de legitimação, num Mandato que explicita a Missão, a Estrutura, a Organização e as Regras de Empenhamento da Força.

Surgem assim as seguintes categorias de Operações:[3]
- Manutenção de Paz - Actividades desenvolvidas com o consentimento das partes em conflito, sob a égide de um organismo internacional, utilizando forças militares, de polícia e civis para a contenção, moderação e fim das hostilidades.
- Imposição de Paz - Actividades desenvolvidas normalmente por forças multinacionais para restaurar a paz numa área de conflito.
- Prevenção de Conflitos - Compreende as actividades destinadas a evitar que os diferendos se agravem alargando-se ou degenerando em conflitos. Podem abranger iniciativas diplomáticas ou o empenhamento de forças.
- Restabelecimento da Paz - Acções diplomáticas conduzidas depois do inicio do conflito, com o objectivo de conseguir condições de resolução de uma maneira pacífica.
- Consolidação da Paz - Medidas levadas a cabo no seguimento da resolução de um conflito a fim de evitar o retorno das hostilidades.
- Operações Humanitárias - Actividades desenvolvidas com a finalidade de minorar os efeitos negativos dos conflitos na população.

São 63 as OAP que até à data foram efectuadas ou estão em execução no âmbito da ONU:

1948 - 2008

UNTSO	United Nations Truce Supervision Organization	May 1948	present
UNMOGIP	United Nations Military Observer Group in India and Pakistan	January 1949	present
UNEF I	First United Nations Emergency Force	November 1956	June 1967
UNOGIL	United Nations Observation Group in Lebanon	June 1958	December 1958
ONUC	United Nations Operation in the Congo	July 1960	June 1964
UNSF	United Nations Security Force in West New Guinea	October 1962	April 1963
UNYOM	United Nations Yemen Observation Mission	July 1963	September 1964
UNFICYP	United Nations Peacekeeping Force in Cyprus	March 1964	present
DOMREP	Mission of the Representative of the SG in the Dominican Republic	May 1965	October 1966
UNIPOM	United Nations India-Pakistan Observation Mission	September 1965	March 1966
UNEF II	Second United Nations Emergency Force	October 1973	July 1979
UNDOF	United Nations Disengagement Force	June 1974	present
UNIFIL	United Nations Interim Force in Lebanon	March 1978	present
UNGOMAP	United Nations Good Offices Mission in Afghanistan and Pakistan	May 1988	March 1990
UNIIMOG	United Nations Iran-Iraq Military Observer Group	August 1988	February 1991
UNAVEM I	United Nations Angola Verification Mission I	January 1989	June 1991
UNTAG	United Nations Transition Assistance Group	April 1989	March 1990
ONUCA	United Nations Observer Group in Central America	November 1989	January 1992
UNIKOM	United Nations Iraq - Kuwait Observation Mission	April 1991	October 2003
MINURSO	United Nations Mission for the Referendum in Western Sahara	April 1991	present
UNAVEM II	United Nations Angola Verification Mission II	June 1991	February 1995
ONUSAL	United Nations Observer Mission in El Salvador	July 1991	April 1995
UNAMIC	United Nations Advance Mission in Cambodia	October 1991	March 1992
UNPROFOR	United Nations Protection Force	February 1992	March 1995
UNTAC	United Nations Transitional Authority in Cambodia	March 1992	September 1993
UNOSOM I	United Nations Operation in Somalia I	April 1992	March 1993
ONUMOZ	United Nations Operation in Mozambique	December 1992	December 1994
UNOSOM II	United Nations Operation in Somalia II	March 1993	March 1995
UNOMUR	United Nations Observer Mission Uganda-Rwanda	June 1993	September 1994
UNOMIG	United Nations Observer Mission in Georgia	August 1993	present
UNOMIL	United Nations Observer Mission in Liberia	September 1993	September 1997
UNMIH	United Nations Mission in Haiti	September 1993	June 1996
UNAMIR	United Nations Assistance Mission for Rwanda	October 1993	March 1996
UNASOG	United Nations Aouzou Strip Observer Group	May 1994	June 1994
UNMOT	United Nations Mission of Observers in Tajikistan	December 1994	May 2000
UNAVEM III	United Nations Angola Verification Mission III	February 1995	June 1997
UNCRO	United Nations Confidence Restoration Operation in Croatia	May 1995	January 1996
UNPREDEP	United Nations Preventive Deployment Force	March 1995	February 1999
UNMIBH	United Nations Mission in Bosnia and Herzegovina	December 1995	December 2002

Figura 1 – Listagem das operações das Nações Unidas (fonte:www.un.org)

Na actualidade estão em curso 19 operações da Organização, sendo que só 16 são consideradas de apoio à paz, situando-se as restantes 3 no âmbito das outras operações desenvolvidas no âmbito da ONU, como sejam, entre outras: supervisão de actos eleitorais; apoio ao desenvolvimento de certos países.

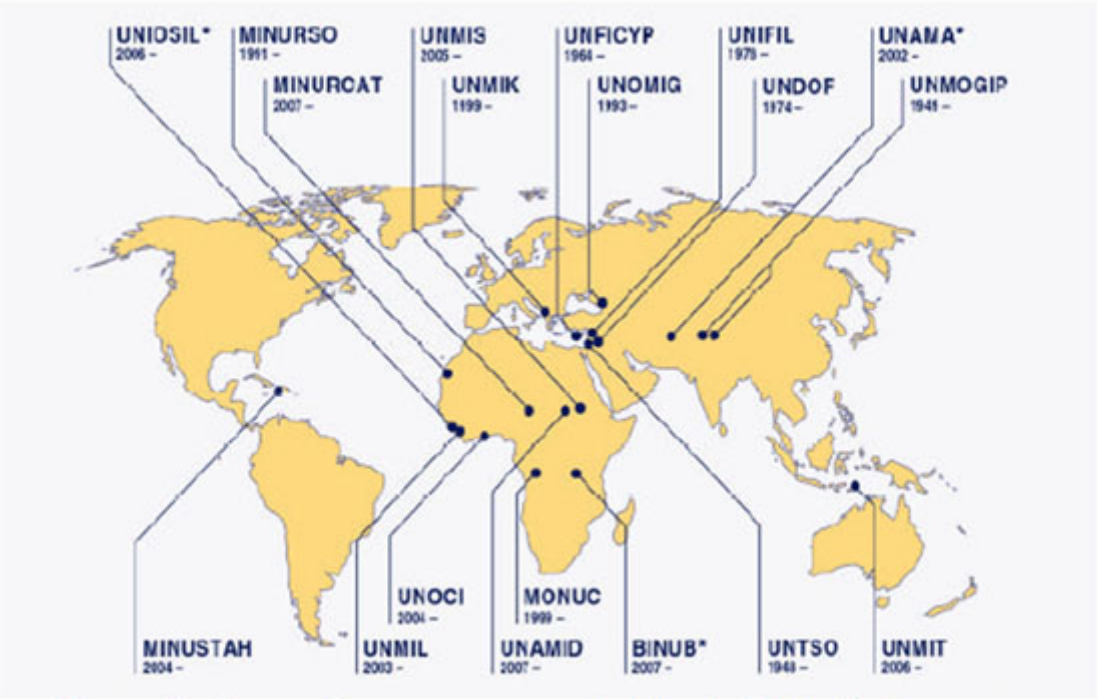


Figura 2 – Operações em curso no âmbito da ONU, (fonte: www.un.org)

Participam nas 16 operações em curso cerca de 107 500 elementos (74 076 militares, 2 397 observadores, 11 484 polícias), as quais estão orçamentadas em 7,08 biliões de dólares. Até à data, as Nações contribuintes para estas operações, sofreram cerca de 1 000 baixas.

Mission	Established	Troops	Military Observers	Police	International Civilians	Local Civilians	UN Volunteers	Total Personnel	Fatalities	Budget (US$)
UNTSO	May 1948	0	151	0	112	130	0	393	49	66,217,000 (2008-9)
UNMOGIP	January 1949	0	44	0	23	48	0	115	11	16,957,300 (2008-9)
UNFICYP	March 1964	861	0	69	35	108	0	1,073	178	57,392,000
UNDOF	June 1974	1,046	0	0	43	103	0	1,192	43	47,859,100
UNIFIL	March 1978	12,334	0	0	333	627	0	13,294	276	680,932,600
MINURSO	April 1991	29	201	6	98	149	19	493	15	47,702,500
UNOMIG	August 1993	0	129	14	86	174	1	404	11	36,084,000
UNMIK	June 1999	0	38	2,010	444	1,964	119	4,575	53	207,203,100
MONUC	November 1999	16,668	677	1,042	926	2,120	504	21,938	127	1,242,729,000
UNMIL	September 2003	11,534	185	1,088	456	939	230	14,460	112	631,689,100
UNOCI	April 2004	7,830	192	1,097	397	589	286	10,371	46	497,455,100
MINUSTAH	June 2004	7,165	0	1,935	474	1,166	192	10,872	35	601,580,100
UNMIS	March 2005	8,730	546	622	851	2,432	238	13,399	36	858,771,200
UNMIT	August 2006	0	33	1,533	333	837	116	2,852	3	180,841,100
UNAMID	July 2007	7,567	158	1,870	367	984	186	11,532	12	1,569,255,200
		19315**	240**	6432**	1579**	3455**	548**	-		
MINURCAT	September 2007	0	33	200	159	91	57	540	2	315,083,400
	Total:	74,076	2,397	11,484	5,177	12,461	1,908	107,503	1,009	***About $7.08 billion****

UNTSO - UN Truce Supervision Organization
UNMOGIP - UN Military Observer Group in India and Pakistan
UNFICYP - UN Peacekeeping Force in Cyprus
UNDOF - UN Disengagement Observer Force
UNIFIL - UN Interim Force in Lebanon
MINURSO - UN Mission for the Referendum in Western Sahara
UNOMIG - UN Observer Mission in Georgia
MONUC - UN Organization Mission in the Dem. Rep. of the Congo
UNMIL - United Nations Mission in Liberia
UNOCI - United Nations Operation in Côte d'Ivoire
MINUSTAH - United Nations Stabilization Mission in Haiti
UNMIS - United Nations Mission in the Sudan
UNMIT - United Nations Integrated Mission in Timor-Leste
UNAMID - African Union United Nations Hybrid Operation in Darfur

Figura 3 – Dados estatísticos das Operações em curso no âmbito da ONU, (fonte: www.un.org)

Desde 1948 foram gastos 54 biliões de dólares e o total de baixas ronda os 2 500 elementos.

Peacekeeping operations since 1948	63
Current peacekeeping operations	16
Current peace operations directed and supported by the Dept.of Peacekeeping Operations (DPKO)	19
PERSONNEL	
Uniformed personnel (74,076 troops, 11,484 police and 2,397 military observers)	87,957
Countries contributing uniformed personnel	119
International civilian personnel (31 May 2008)	5,177
Local civilian personnel (31 May 2008)	12,461
UN Volunteers	1,908
Total number of personnel serving in 16 peacekeeping operations	107,503
Total number of personnel serving in 19 DPKO-led peace operations	109,571
Total number of fatalities in peace operations since 1948	2,493
FINANCIAL ASPECTS (US$)	
Approved budgets for the period from 1 July 2008 to 30 June 2009	About $7.1 billion
Estimated total cost of operations from 1948 to 30 June 2008	About $54 billion
Outstanding contributions to peacekeeping (31 May 2008)	About $1.8 billion

Figura 4 – Dados estatísticos das Operações em curso no âmbito da ONU (fonte:www.un.org)

Participação Nacional nas Missões da ONU

Conforme refere o Major-General Rodrigues Viana, em termos de legislação nacional o Conceito Estratégico de Defesa Nacional reconhece que a componente militar, Forças Armadas, é um dos instrumentos de afirmação nacional no domínio da política externa e valida a necessidade de dotar o instrumento militar das capacidades necessárias para o desempenho das novas missões no âmbito da diplomacia preventiva.

Ao longo da história recente, Portugal tem mantido uma atenção especial às mudanças no ambiente externo, nomeadamente às que têm implicações no interior do território nacional, efectuando mudanças na política externa e na defesa nacional que garantam a capacidade de resposta nacional para enfrentar as ameaças dela decorrentes.

O Executivo Português cedo considerou fundamental conjugar a actividade diplomática com o instrumento militar, de modo a garantir os melhores resultados na preservação da segurança.

Sem grande margem para dúvidas, poderemos assim afirmar que a participação de Portugal nas OAP corresponde à defesa dos interesses nacionais e ao cumprimento de obrigações para com as organizações de que fazemos parte, nomeadamente no âmbito da segurança e defesa colectiva.

Neste contexto, a participação portuguesa nas OAP decorre do interesse nacional, investimento imprescindível do país, desde que inserido na capacidade económico-financeira nacional. A relação custo - benefício tem um resultado muito positivo, sendo os efeitos conseguidos determinantes para a afirmação de Portugal no Mundo.

Assim, Portugal é hoje um país que contribui activamente para a manutenção e promoção da paz e segurança internacionais, em todos os continentes do mundo.

Num percurso cronológico da participação nacional verificamos que:
- A contribuição nacional para estas missões iniciou-se em 1958, com a participação de seis militares na UNOGIL (United Nations Observation Group in Lebanon), no Líbano.
- Quase 30 anos mais tarde, participámos na verificação do acto eleitoral na Namíbia, UNTAG (United Nations Transition Assistance Group), com 3 militares.
- A participação nacional fez-se de forma esporádica, não tendo sido constituída, à época, uma estrutura sólida e coerente para acompanhar as OAP.
- No ano lectivo de 1985/86 foi pela primeira vez introduzida nos curricula dos cursos ministrados no Instituto de Altos Estudos Militares o ensino das OAP.
- Só no início dos anos 90 a opção política de abandonar o "não intervencionismo" foi materializada, tendo sido assumida uma postura mais activa e empenhada quanto à política externa e de defesa nacional.
- Assim, Portugal aumentou de forma exponencial o seu envolvimento nas OAP, consubstanciando essa postura com opções de política interna e com a materialização da participação nacional nestas operações no Conceito Estratégico de Defesa Nacional.

Portugal surge no *Ranking* de países participantes em OAP em 40º lugar, sendo o 8º país europeu. Da referência à participação nacional, o quantitativo de 354 elementos inclui

militares, forças de segurança e civis, forças no terreno e elementos nos Estados-Maiores e Quartéis-Generais. Inclui igualmente os elementos nacionais no Departamento de OAP na Sede da ONU. Numa primeira análise, a nossa participação poderá ser considerada como pouco significativa, no entanto, se conjugarmos esta participação com a dimensão dos países e das respectivas Forças Armadas, verificamos que o esforço que Portugal desenvolve é muito relevante e significativo. Salienta-se que países com Forças Armadas mais numerosas e com maior dimensão, como os EUA, o Reino Unido e a Rússia, contribuem menos que Portugal, em termos de efectivos.

1)	Pakistan	10,574	21)	Indonesia	1,095	41)	Togo	348
2)	Bangladesh	9,157	22)	Sri Lanka	1,088	42)	United Kingdom	344
3)	India	8,719	23)	Poland	1,036	43)	United States of America	317
4)	Nigeria	5,195	24)	Kenya	987	44)	Fiji	280
5)	Nepal	3,681	25)	Argentina	889	45)	Russia	277
6)	Ghana	3,246	26)	Turkey	761	46)	Romania	266
7)	Jordan	3,055	27)	Malaysia	708	47)	Mongolia	255
8)	Rwanda	2,955	28)	Philippines	688	48)	Greece	242
9)	Italy	2,811	29)	Niger	588	49)	Guatemala	241
10)	Uruguay	2,533	30)	Ukraine	548	50)	Peru	237
11)	Ethiopia	2,187	31)	Zambia	537	51)	Slovakia	198
12)	China	2,132	32)	Chile	526	52)	Cameroon	193
13)	France	1,977	33)	Belgium	503	53)	Canada	168
14)	Senegal	1,943	34)	Tunisia	500	54)	Malawi	158
15)	South Africa	1,880	35)	Bolivia	453	55)	Zimbabwe	156
16)	Egypt	1,805	36)	Austria	414	56)	Croatia	155
17)	Morocco	1,560	37)	Republic of Korea	400	57)	Cambodia	144
18)	Benin	1,363	38)	Germany	389	58)	Uganda	142
19)	Brazil	1,284	39)	Gambia	383	59)	Cote d Ivoire	138
20)	Spain	1,232	40)	Portugal	354	60)	Guinea	129

Figura 5 – *Ranking* da participação dos países em Missões da ONU/31 Agosto de 2008 (fonte:www.un.org)

Para as Nações Unidas, as Forças Armadas Portuguesas, além da participação nas Operações de Apoio à Paz, contribuem com tropas e equipamento para o United Nations Stand-by Arrangement System (UNSAS). Este sistema pretende que a ONU disponha de um catálogo de forças, que possa empenhar numa emergência e que possa dispor em situações mais complicadas. Este contributo é permanente, com forças prontas e disponíveis, às quais são atribuídos prazos de prontidão. Actualmente o contributo nacional contabiliza um total de 1 466 militares e 3 navios de guerra.

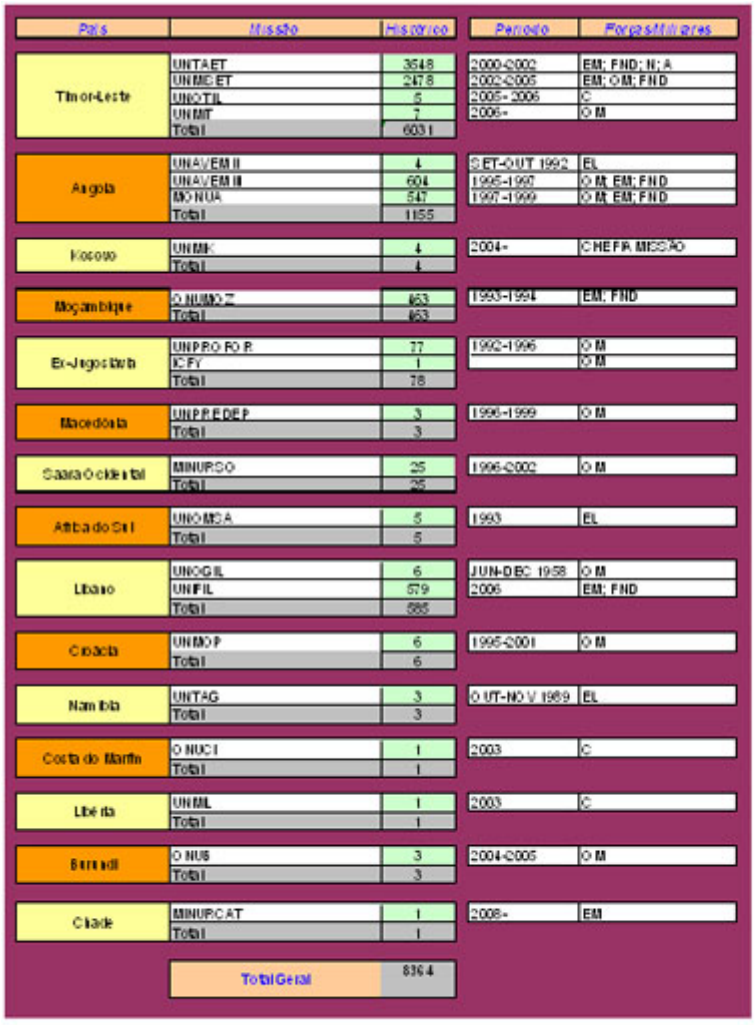
Em Missões cuja responsabilidade primária de organização e constituição cabe ou coube às Nações Unidas, as Forças Armadas Portuguesas já participaram e/ou participam num total de 22 Missões, em 15 Teatros de Operações. Até à data, a participação portuguesa contempla quase 8 400 militares, integrados em Unidades Navais, Terrestres e Aéreas. Das quais o Exército assegurou: dez unidades de escalão batalhão, doze unidades de escalão companhia três destacamentos; militares que integraram ou integram os estados-maiores das forças das Nações Unidas nos diversos teatros, observadores militares em Angola, Ex-Jugoslávia, Macedónia, Saara Ocidental, Timor-Leste, Croácia e Burundi;

supervisores em processos eleitorais em Angola, África do Sul e Namíbia e apoio na formação de forças para o desempenho de operações de apoio à paz.

Em simultâneo, as Forças Armadas ocupam permanentemente cargos na Organização, com a colocação de oficiais no Departamento de Operações de Apoio à Paz das Nações Unidas (DPKO), em Nova Iorque. Fruto do empenhamento nacional na candidatura a membro do CSNU, Portugal tem incrementado a candidatura a cargos no DPKO.

Actualmente, 154 militares portugueses estão destacados fora do território nacional ao serviço da ONU, em 3 Continentes: Europa; África e Ásia.

Sendo a participação nas OAP no âmbito da ONU um acontecimento sinusoidal, em termos de empenhamento, encontramo-nos num período de baixo empenhamento militar fruto das limitações de recursos que se vivem na actualidade e em resultado das opções de política externa.



País	Missão	Histórico	Período	Forças Militares
Timor-Leste	UNTAET	3548	2000-2002	EM; FND; N; A
	UNMISET	2478	2002-2005	EM; OM; FND
	UNOTIL	5	2005 - 2006	C
	UNMIT	7	2006 -	O M
	Total	6038		
Angola	UNAVEM II	4	SET-OUT 1992	EL
	UNAVEM III	604	1995-1997	O M; EM; FND
	MONUA	547	1997-1999	O M; EM; FND
	Total	1155		
Kosovo	UNMIK	4	2004 -	CHEFIA MISSÃO
	Total	4		
Moçambique	ONUMOZ	953	1993-1994	EM; FND
	Total	953		
Ex-Jugoslávia	UNPROFOR	77	1992-1996	O M
	ICFY	1		O M
	Total	78		
Macedónia	UNPREDEP	3	1996-1999	O M
	Total	3		
Saara Ocidental	MINURSO	25	1996-2002	O M
	Total	25		
África do Sul	UNOMSA	5	1993	EL
	Total	5		
Líbano	UNOGIL	6	JUN-DEC 1958	O M
	UNIFIL	579	2006	EM; FND
	Total	585		
Croácia	UNMOP	6	1996-2001	O M
	Total	6		
Namíbia	UNTAG	3	OUT-NOV 1989	EL
	Total	3		
Costa do Marfim	ONUCI	1	2003	C
	Total	1		
Libéria	UNMIL	1	2003	C
	Total	1		
Burundi	ONUB	3	2004-2005	O M
	Total	3		
Chade	MINURCAT	1	2008 -	EM
	Total	1		
	Total Geral	8364		

EL – OBSERVAÇAO PROCESSO ELEITORAL
OM – OBSERVADOR MILITAR
EM – ESTADO-MAIOR / OFICIAL LIGAÇÃO
FND – FORÇA NACIONAL DESTACADA
EXÉRCITO
C – CONSELHEIROS INSTRUÇAO/INSTRUTORES
N – FND MARINHA
A – FND FORÇA AEREA

Figura 7 – Participação das Forças Armadas Portuguesas em Missões da ONU (fonte: Ramos das Forças Armadas)

Em Angola, as Forças Armadas e particularmente o Exército, em 1992 e entre 1995 e 1999, inclusive, participaram com quase 1 200 militares na UNAVEM II (United Nations Angola Verification Mission); UNAVEM III e MONUA (Missão de Observadores das Nações Unidas em Angola).

Participaram na supervisão das eleições presidenciais e legislativas angolanas que se realizaram em Setembro de 1992 com o apoio da UNAVEM II. Da delegação portuguesa, constituída por 18 elementos, quatro eram oficiais do Exército.

A assinatura do Protocolo de Lusaka, em 20 de Novembro de 1994, permitiu que fossem considerados válidos os Acordos de Bicesse, assinados em Lisboa, a 31 de Maio de 1991. Consequentemente, a ONU iniciou de imediato o planeamento de uma nova operação de paz que iria iniciar-se em Fevereiro de 1995 - a UNAVEM III.

Nesta operação, Portugal participou com observadores militares, elementos para a estrutura de comando e estado-maior da força, incluindo o Chefe do Estado-Maior do QG/UNAVEM III, uma Companhia de Transmissões e uma Companhia Logística.

A Companhia de Transmissões n.º 5 (CTm 5), constituída por 101 militares, localizada em Belas (Luanda), para além de permitir o apoio do comando e controlo da força, providenciava, caso fosse necessário, apoio na exploração às comunicações triangulares ONU - Governo de Angola - UNITA. Para o efeito instalou centros de comunicações no QG da Força e nos QG regionais.

A Companhia de Logística n.º 6, constituída inicialmente por 111 e posteriormente por 205 militares, ficou aquartelada no Huambo e detinha dois destacamentos no Lobito e em Luanda (Viana). Efectuou transportes em proveito dos QG regionais da Força, conduziu operações de terminal portuárias e aeroportuárias em Viana e Lobito e foi responsável por todas as colunas de reabastecimento com saída de Viana.

Face às permanentes violações do cessar-fogo entre as partes em conflito, em Junho de 1997, data em que deveria terminar, a Missão da UNAVEM III foi dada como concluída e substituída pela MONUA, tendo como finalidade promover a reconciliação nacional e consolidar a implementação do processo de paz.

À semelhança da UNAVEM III, a MONUA compreendia militares portugueses que integraram a estrutura de comando e estado-maior da Força, incluindo o Chefe do Estado-Maior do QG/MONUA, observadores e polícias militares, um Destacamento Sanitário (DSan) composto por 63 elementos, a CTm 5, entretanto reduzida para 91 elementos, a CLog 6, igualmente reduzida (100 militares).

A missão do DSan 7, integrado na estrutura sanitária territorial, garantiu o apoio sanitário de nível 2+ aos efectivos da MONUA e aos funcionários civis da ONU. Ou seja,

tinha capacidade para realizar todo o tipo de intervenções cirúrgicas de emergência, ainda que com algumas limitações; prestar cuidados intensivos e facultar internamento até 10 camas; coadjuvar na evacuação terrestre de indisponíveis entre as várias estruturas sanitárias montadas; assegurar apoio radiológico e laboratorial às situações de emergência e realizar consultas nas áreas de clínica médica, cirurgia geral, ortopedia e medicina dentária.

Em Moçambique, O Batalhão de Transmissões n.º 4 (BTm 4), do Exército, desempenhou a sua missão integrado na ONUMOZ (Operação das Nações Unidas em Moçambique), entre Maio de 1993 e Dezembro de 1994. Com um efectivo médio de 290 militares, com três Companhias de Transmissões (CTm), instaladas na Matola/Maputo (apoio ao Quartel-General da Missão e ao QG da Região Sul), na Beira (apoio ao QG da Região Centro) e em Nampula (apoio ao QG da Região Norte), assegurou a ligação entre o comandante da força, os três QG regionais e todas as forças dos diversos países que se encontravam no terreno. Militares portugueses integraram ainda o QG da Missão, perfazendo, ao todo, 463.

Em Timor-Leste, em Setembro de 1999, o Conselho de Segurança das Nações Unidas determinou a criação da INTERFET (*International Force in East Timor*), com a missão de restaurar a paz e a segurança no País, como consequência da situação no território se ter deteriorado após a realização da consulta popular, que votou a favor da independência[4]

Face a inexistência de qualquer administração civil efectiva, para 2000, as Nações Unidas legitimam a continuação da Missão da Organização no Pais, através da UNTAET (*United Nations Transitional Administration in East Timor*). Esta Administração foi responsável pela administração global de Timor-Leste, incluindo poderes nas áreas legislativa, executiva e judicial, sendo constituída, entre outras, por uma componente militar denominada *"Peace Keeping Force"* (PKF), cuja missão passava por apoiar a manutenção de um ambiente seguro em Timor-Leste.

O Contingente Português era inicialmente constituído por cerca de 1 000 militares dos 3 Ramos das Forças Armadas. Durante algum tempo pela Fragata "Hermenegildo Capelo" da Marinha e por um Destacamento de C-130 da Força Aérea, a operar a partir de Darwin, na Austrália. O Exército, para além da chefia do Estado-maior da PKF, exercida por dois oficiais generais, entre Dezembro de 2000 a Maio de 2002, deteve o Comando de um dos Sectores (Central) e integraram ainda a UNTAET com uma Força Conjunta (Unidade Escalão Batalhão, a 3 ou 4 Companhias), com um efectivo médio de 700 homens, onde se incluía uma companhia de fuzileiros. Directamente dependente do Comando da PKF esteve ainda um Destacamento de Helicópteros Ligeiros da Força Aérea e um Destacamento de Operações Especiais do Exército. O contingente português, em termos quantitativos foi o 2º mais volumoso, logo a seguir ao australiano.

A missão da UNTAET terminou com a independência de Timor-Leste, em 20 de Maio de 2002.

Com a finalidade de apoiar a estabilização do novo país, providenciando o apoio à segurança externa e à integridade do território, por deliberação do Conselho de Segurança da ONU foi constituída uma nova missão, a UNMISET (*United Nations Mission in Support of East Timor*).

À data, Abril de 2002, o dispositivo da PKF já tinha sofrido diversas alterações, entre as quais a supressão dos sectores, passando o batalhão português a depender directamente do Comandante da PKF.

Durante a UNMISET (2002-2005), Portugal ainda:
- Assumiu a chefia dos observadores militares do Grupo de Observadores Militares das Nações Unidas (UNMOG), até Maio de 2004;
- Integrou militares no Grupo Militar de Ligação;
- Participou com uma equipa de operações de terminal, que integrou a célula de controlo de movimentos.

Em Maio de 2005, após ser dado por terminado o mandato da UNMISET, foi criada a UNOTIL (*United Nations Office in Timor-Leste*). Nesta Missão, organizada em duas componentes, uma de natureza policial e outra militar, as Forças Armadas (Exército) participaram nesta última com conselheiros para a instrução militar.

Solicitado pelas autoridades de Timor, em Agosto de 2006, o Conselho de Segurança decide constituir a UNMIT (*United Nations Integrated Mission in Timor-Leste*), organizada com uma componente militar de dimensão inferior à polícia civil, onde as Forças Armadas participam com observadores.
Durante oito anos, as Forças Armadas Portuguesas participaram nas Missões das Nações Unidas em Timor-Leste com meios navais, aéreos e terrestres. Deste ultimo Ramo, através da colocação de militares nos comandos e estados-maiores das forças, com observadores militares, oficiais de ligação, conselheiros e, conjuntamente com a Marinha, com oito unidades escalão batalhão.[5] No total, a participação portuguesa atingiu um efectivo na ordem dos 6 000 militares.

Salienta-se que, tal como noutros teatros, também em Timor, as capacidades sobrantes de engenharia, apoio sanitário e transporte foram utilizadas em prol da melhoria da qualidade de vida das populações.

No Líbano, em 1958, e como já referido anteriormente, as Forças Armadas estiveram presentes na UNOGIL com observadores militares.

Em Agosto de 2006, o Governo Israelita e o Governo Libanês ratificaram a Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas que previa reforçar a presença da Organização no Líbano, para controlo da cessação de todos os actos hostis. Assim "nasceu" a UNIFIL (*United Nations Interim Force in Lebanon*). Esta "Missão", está autorizada a "tomar todas as medidas necessárias", podendo inclusive recorrer ao uso da força, para respeitar o mandato, cabendo-lhe genericamente, entre outras tarefas:

monitorizar a suspensão das hostilidades; garantir o reconhecimento aéreo da linha da fronteira entre o Líbano e Israel; verificar e relatar infracções (…).

Desde Novembro de 2006 que as Forças Armadas Portuguesas participam na Missão com militares no Estado-Maior da Força e com uma Unidade de Engenharia (até à data, 4 unidades escalão companhia, perfazendo 579 militares), com a missão de conduzir tarefas de construção em apoio das unidades da UNIFIL em toda a Área de Operações; estar preparada para apoiar a liberdade de movimentos e apoiar as Forças Armadas do Líbano, a população civil e as actividades humanitárias, de acordo com as directivas do Comandante da Força.

Sob os auspícios da ONU, as Forças Armadas, através do Exército, associaram-se ainda a outras Missões da Organização, nas quais não tendo forças constituídas, participaram com militares nas funções de observador militar, de supervisor em processos eleitorais e em apoio da formação de diversos contingentes para emprego em operações de apoio à paz.

Portugal participou com observadores militares nas seguintes operações:
- Na MINURSO (*Mission des Nations Unies pour le Referendum dans le Sahara Occidental*), desde 1996 até Fevereiro de 2002. Nesta Missão, Portugal deteve ainda o comando da componente militar, entre Abril de 1996 e Junho de 1997, através de dois oficiais generais do Exército.
- Na UNPROFOR (*United Nations Protection Force*), entre Março de 1992 e Agosto de 1996 (já na vigência da *"Implementation Force"* (IFOR)), integrando as equipas de observadores militares da ONU na Ex-Jugoslávia. Salienta-se ainda que durante o mandato da UNPROFOR, militares do Exército desempenharam funções na área do Serviço de Saúde (equipas médico-cirúrgicas nacionais inseridas numa unidade hospitalar das Forças Armadas Francesas; no QG da UNPROFOR, com um oficial médico do Exército desempenhado as funções de *"Chief Medical Officer"*).
- Na ICFY (*International Conference on the Former Yugoslavia*)[6], ainda na Ex-Jugoslávia, um oficial do Exército desempenhou a missão de observador, fiscalizando a acção da polícia.
- Na UNMOP (*United Nations Mission Observers in Prevlaka*), para resolução do conflito nesta Província da Croácia, com seis observadores militares ao longo de sete anos, entre Março de 1995 e Setembro de 2001.
- Na UNPREDEP (United Nations Preventive Deployment Force), de Janeiro de 1996 a Março de 1999, com a permanência de um oficial como observador militar, com a tarefa de monitorizar e reportar quaisquer actividades junto à fronteira da antiga República Jugoslava da Macedónia.
- Na UNMIK (*United Nations Interim Administration Mission in Kosovo*), desde Novembro de 2004, com um oficial general do Exército Português que chefia a Missão e desde Julho de 2005, com um oficial como "Military Liasion Officer".
- Na ONUB (*Observateurs des Nations Unies au Burundi*), entre Agosto de 2004 e o fim de 2005, na verificação do cessar-fogo, monitorização e observação do desarmamento, desmobilização, reintegração e acantonamento de forças rivais, na monitorização e

investigação do tráfico de armas e no apoio ao processo eleitoral e na verificação de situações de violação dos direitos humanos.

Na Supervisão de processos eleitorais, os militares portugueses integraram as seguintes operações:
- Na UNTAG, entre Outubro e Novembro de 1989, com três oficiais do Exército com a missão de supervisionar as eleições na Namíbia.
- Na UNOMSA (*United Nations Observer Mission In South Africa*), em 1993, integrando o núcleo das Nações Unidas para preparação do processo eleitoral, após o fim do "apartheid" na África do Sul.

Verificou-se ainda a participação de militares nacionais no apoio à formação de outras forças:
- Na ONUCI (*Operation des Nations Unies en Cote D'Ivoire*), em 2003, para apoiar a formação das forças da "*Economic Community of West African States*", que se encontravam na Costa do Marfim com a finalidade de impor a paz na região, monitorizando o acordo de tréguas estabelecido entre os rebeldes e o governo.
- Na UNMIL (*United Nations Mission in Libéria*), em Outubro e Novembro de 2003, um militar português fez parte de uma equipa de instrução da ONU na preparação de um Batalhão da República da Guiné-Bissau para aquela operação.

Recentemente, foi decidida a participação das Nações Unidas na Republica Central Africana e no Chade. A Resolução do Conselho de Segurança que cria a MINURCAT (*United Nations Mission in the Central African Republic and Chad*), onde as Forças Armadas têm desde Maio deste ano um oficial como oficial de ligação, é essencialmente, de índole policial. Ainda assim, salienta-se que a mesma Resolução autoriza a operação da União Europeia, a EUFOR/TCHAD, com a finalidade de estabilizar a situação na região, proteger as populações e permitir a distribuição da ajuda humanitária aos refugiados/deslocados. Nesta, Portugal participa com dois oficiais no Estado-Maior do QG Operacional da Operação (*Mont Valérien-Paris*) e já participou com um Destacamento Aéreo com uma aeronave C-130, entre Março e Maio deste ano.

Síntese Conclusiva

Sobre as características intrínsecas dos portugueses quanto ao contacto com outros povos muito havia a dizer, no entanto, neste tipo de operações, torna-se por demais evidente a nossa vocação natural para o estabelecimento de pontes entre as pessoas.

No quadro da ONU temos dado continuidade à missão que temos desempenhado ao longo da nossa história multissecular e que nos tem facultado um considerável capital de simpatia.

Sendo uma opção estratégica nacional o crescente empenhamento nas OAP, este tem permitido obter excelentes resultados quanto ao prestígio internacional e à nossa afirmação externa.

Na sequência da nossa história, Portugal tem mantido uma afirmação universalista como directriz de política externa. No quadro da nossa afirmação e tendo como referencial a candidatura nacional ao CSNU, temos mantido e mesmo incrementado a nossa participação nas OAP da ONU e na sua estrutura de Manutenção de Paz.

Como afirma o General Pinto Ramalho (CEME), " (…) a prática do respeito pelos valores da Paz, da Solidariedade e da Segurança; a observância do Direito Internacional e a aplicação das medidas interventivas prescritas na Carta das Nações Unidas, bem como a solidariedade politico-estratégica com aqueles que vêm posta em causa a sua existência como entidades políticas autónomas, são valores para os quais a nossa decisão e prática têm que ser indiscutíveis."[7]

A participação das Forças Armadas nas OAP no âmbito das Nações Unidas teve incidências organizacionais, ao nível das missões que desempenham, na estrutura das Forças, na atribuição de recursos e reequipamento, na doutrina e na Formação dos militares. Entretanto, foi criado um Centro Nacional de OAP que é responsável pela formação específica dos militares e pela reunião de lições aprendidas nas diferentes participações nacionais.

A participação em OAP é assim um meio de aumentar a capacidade de influência e a afirmação nacional no seio da Comunidade Internacional. Neste quadro, o vector militar tem servido para apoiar e materializar a política externa do Estado, tornando-se na actualidade num dos seus principais meios. Garante-se assim o prestígio, a visibilidade externa e o peso internacional de Portugal.

Segundo o General Valença Pinto, Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, "desde a sua fundação que em Portugal a Instituição Militar tem estado intimamente ligada ao nosso percurso colectivo e à afirmação nacional nos quadros regional e global.

A qualidade insuperável do desempenho dos militares nacionais tem contribuído de uma forma ímpar para o prestígio e a afirmação de Portugal na cena internacional e para a paz, a segurança, a estabilidade e a melhoria do nível de vida das populações dos países em que essas operações se têm desenrolado.

Com um desempenho internacionalmente reconhecido, Os militares portugueses têm ombreado com os mais exigentes critérios de avaliação operacional, o que é motivo de orgulho para as Forças Armadas e para o País.

É pois da mais elementar justiça reconhecer que as Forças Armadas são um factor de sucesso, num Portugal moderno e internacionalmente competitivo."[8]

Referências bibliográficas:

Participação portuguesa em OAP - Projecto de Investigação, Fundação Mário Soares (Dez06)
Segurança Colectiva - A ONU e as OAP, Victor Rodrigues Viana (Edições Cosmos e IDN - 2002)
Operações de Apoio à Paz, IAEM (Jan96)
Paz e Cooperação, Defesa Nacional (Jul05)
O Exército nos caminhos da Paz; EME; 1989-2005
Exército Português em Timor-leste 2000-2004, Exército Português (Out04)
O Exército e a cooperação militar bilateral e multilateral. Contribuições para a política externa de Estado Português. Major Infª Soares Pires; TILD CEM 2004-2006, IAEM
www.un.org (DPKO)

* O presente artigo tem por suporte conceptual o referenciado no projecto de investigação da Fundação Mário Soares (refª bibliográfica 1), no livro "Segurança Colectiva - A ONU e as Operações de Apoio à Paz" do MGen Rodrigues Viana (refª bibliográfica 2), no TILD do Maj Inf Soares Pires (refª bibliográfica 7) e no Manual de OAP do IAEM (refª bibliográfica 3). Os dados apresentados constam nas diferentes publicações do Exército (refª bibliográfica 4,5 e 6), no site do DPKO da ONU (refª bibliográfica 8) e no projecto de investigação da Fundação Mário Soares (refª bibliográfica 1).

_____

** Coronel de Infantaria, mestre em Estratégia. Desempenha funções de Assessor Militar do General Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas.

*** Tenente-Coronel de Infantaria. Desempenha funções de 2º Comandante do Regimento de Infantaria Nº 3.

_____

1 In Viana, MGen Victor Rodrigues; "Segurança Colectiva - A ONU e as Operações de Apoio à Paz"; Edições Cosmos, Instituto de Defesa Nacional, Lisboa 2002, pp 104.
2 In Viana, MGen Victor Rodrigues; Op. Cit.; pp. 81, citando o Professor Adriano Moreira in "Teoria das Relações Internacionais"; Almedina, Coimbra; 1996.
3 Operações de Apoio à Paz, IAEM, pp. 3-1 e 3-2.
4 Entretanto, em Junho de 1999, já tinha sido constituída a UNAMET (United Nations Assistence Mission in East Timor) destinada a preparar a referida consulta popular.
5 Unidades conjuntas do Exército e da Marinha, em média com um efectivo de 700 militares, dos quais fez parte uma companhia de Fuzileiros, com um efectivo médio de 150 militares.
6 Missão conjunta da ONU e da Comunidade Económica Europeia com o objectivo de verificar, por um período de cem dias, a veracidade das acusações de que Milosevic era alvo, designadamente de alimentar o esforço de guerra na auto proclamada República Sérvia da Bósnia-Herzegovina. Apenas estavam autorizadas a passagem de mercadorias

consideradas de ajuda humanitária provenientes da “United Nations High Commissioner for Refugees”, nomeadamente artigos de vestuário, alimentação e material sanitário.

7 In Viana, MGen Victor Rodrigues; Op. Cit.; pp. 324

8 Discurso proferido por ocasião da condecoração dos Estandartes Nacionais da 1ª e 2ª Companhia de Comandos do Centro de Tropas Comando, que participaram na Força Nacional Destacada no Afeganistão. BEJA.